

## **EU, MULHER E GUERRILHEIRA**

A trajetória política de Crimeia Alice Schmidt de Almeida

## **ME, WOMAN AND GUERRILLA FIGHTER**

The political trajectory of Crimeia Alice Schmidt de Almeida

*IZABELLA CARDOSO DA SILVA CAMPAGNOL<sup>1</sup>*

### **RESUMO**

No presente artigo, pretendemos analisar a trajetória política da guerrilheira participante da Guerrilha do Araguaia, Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Faz parte de nossos objetivos compreender o que significava ser mulher e guerrilheira e quais os enfrentamentos realizados para que as mulheres pudessem alcançar igualdade de participação nos combates, no cotidiano das guerrilhas, nas agendas de temas definidos a serem enfrentados em relação aos homens. Ademais, estou também preocupada em entender como foi possível a continuação de sua militância pós-guerrilha dentro do movimento feminista e da União de Mulheres, da qual ela foi uma das fundadoras em 1981. Para tanto, utilizaremos os conceitos de gênero (SCOTT, 1989), memória (RICOUER, 2007) e biografia (LORIGA, 2011)

**Palavras-chave:** Memória, Gênero, Biografia.

### **ABSTRACT**

In this article, we intend to analyze the political trajectory of the guerrilla participant of the Araguaia Guerrilla, Crimeia Alice Schmidt de Almeida. It is part of our goals to understand what it meant to be a woman and a guerrilla and what confrontations were carried out so that they could achieve equal participation in relation to men. In addition, I am also concerned to understand how it was possible for her post-guerrilla militancy to continue within the feminist movement and the Women's Union, of which she was one of the founders in 1981. To this end, we will use the concepts of gender (SCOTT, 1989), memory (RICOUER, 2007) and biography (LORIGA, 2011).

**Keywords:** Memory, Gender, Biography.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pela FFLCH/USP. Bolsista CAPES, com projeto intitulado "Flores e fuzis: memórias e narrativas sobre as guerrilheiras do Araguaia. Email: iza.cardosog@gmail.com.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo se propôs a reconstruir a trajetória política da guerrilheira Crimeia Alice Schmidt de Almeida (1945-presente)<sup>2</sup>, participante da Guerrilha do Araguaia. Para tanto, pretende-se trabalhar com os conceitos de memória, gênero e biografia. Para a realização das entrevistas, foi utilizado como método a História Oral.

Sendo uma das guerrilheiras sobreviventes, Crimeia de Almeida, ao lado da irmã, reconstruiu a vida política pós-guerrilha, especialmente, em torno da fundação da União de Mulheres de São Paulo. Devido à sua importância para a luta política no Araguaia, adaptação à região e pelo percurso de sua militância pós-guerrilha, acreditamos na relevância de Crimeia de Almeida para compreender questões fundamentais sobre as mulheres que passaram da militância na luta armada para a militância feminista, nos anos 1975 a 1981.

O recorte temporal deste artigo compreende justamente os anos da guerrilha e pós-guerrilha e procura entender como ocorre a superação do trauma, num momento em que a militante precisa se restabelecer em outro estado e continuar sua militância política pós-guerrilha. Deste modo, nosso recorte temporal versa sobre os anos 1969 a 1981, que tratam da chegada da guerrilheira ao Araguaia até a fundação da União de Mulheres. Deste modo, acredito ser possível entender as escolhas políticas empreendidas por ela no período posterior ao evento, isto é, até 1981.

### **1. O DEBATE SOBRE A MEMÓRIA**

Para compreender as questões que permeiam nosso trabalho, concentrar-nos-emos em linhas gerais no debate historiográfico a respeito da memória.

---

<sup>2</sup> Crimeia Alice Schmidt de Almeida é uma ex-guerrilheira do Araguaia, enfermeira formada, iniciou seus estudos na década de 1960 pela Escola Ana Nery, da UFRJ, onde também intensificou sua militância política no movimento estudantil e no Pcdob. Foi presa política, tendo seu único filho na prisão. Depois da prisão, retoma sua vida em São Paulo, sem nunca ter abandonado a militância política. Ao lado da irmã, Maria Amélia Teles, funda a União de Mulheres de São Paulo, em 1981. Entrevista à autora, 26/06/2023.

Uma obra importante para adentrar o debate é *A memória coletiva*, de Maurice Halbwachs. Para o sociólogo, o ato de lembrar é feito sempre de modo coletivo; impossível, nesse sentido, lembrar-se sozinho, individualmente, uma vez que preciso do outro para me recordar do que se passou. As primeiras lembranças são aquelas compartilhadas, comuns. Deve-se a Maurice Halbwachs a atribuição da memória ao grupo ou sociedade. (RICOUER, 2007). Sob influência de Durkheim, forjou o conceito de “quadros sociais” da memória, atribuindo a ela estruturas que poderiam ser observadas objetivamente. Segundo Halbwachs, a memória seria do campo do vivido, da experiência subjetiva de um grupo social, sendo um elemento vivo da experiência humana.

Na esteira deste debate vem contribuir Pierre Nora, em livro organizado por ele, isto é, *Lugares de memória*, uma coletânea de livros publicados entre 1984 a 1992, na França. No período em que foram publicados, havia uma inquietação na esteira dos debates sobre memória: para os estudiosos parecia que tudo havia se transformado em memória, e a história transformou-se em mero objeto de memória.<sup>3</sup> Ademais, o problema principal para Nora, parece ser o da “abundância” de memória. Neste sentido, o conceito de lugar de memória é criado porque a sociedade precisa se lembrar do esquecido. Então os lugares de memória são constituídos para que a própria sociedade atribua significados e sentidos a eles. Segundo François Hartog, em uma interpretação a respeito da obra de Pierre Nora, a partir de lugares “simbólicos, topográficos, monumentais” a sociedade depositaria suas lembranças nesses locais (HARTOG, 2013 p. 158). Para Nora, o efeito da aceleração das sociedades contemporâneas marca uma ruptura com o campo da experiência. Ele destaca que com a globalização e a massificação só se fala em memória, porque esta não existe mais, daí a necessidade de construir tais lugares de memória, para que seja possível recordar. (HARTOG, 2013, p. 163).

Outro pensador importante para os estudos de memória é o filósofo Paul Ricoeur. Em sua obra de fôlego *A memória, a história, o esquecimento*, de 2007, reconstrói uma fenomenologia-hermenêutica da memória e da história. Segundo

---

<sup>3</sup> Ver o artigo Meneses, U. T. B. de. (1992). A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, 34, 9-23. Nele, o autor reconstrói parte do debate sobre a memória e se questiona a respeito de a memória ter se tornado um lugar-comum para a historiografia.

Ricouer, a história regula os abusos da memória: nenhuma é superior à outra, elas são complementares. Toda narrativa histórica porta uma memória, e não tem o mesmo significado. A história atua como mecanismo crítico da memória. A história pode regular, corrigir, completar a memória presente no testemunho, que por sua vez, garante a materialidade do relato.

Importante apontamento é feito sobre o testemunho por Ricouer, a exemplo das pessoas que testemunharam situações-limite, como o caso dos sobreviventes dos campos de extermínio. O filósofo destaca:

Ora, a experiência a ser transmitida é a de uma inumanidade sem comparação com a experiência do homem ordinário. É nesse sentido que se trata de experiências extremas. (...) Uma razão suplementar da dificuldade de comunicar deve-se ao fato de que a testemunha não esteve ela mesma distante dos acontecimentos, ela foi sua vítima. Como contar sua própria morte? Pergunta Primo Levi (RICOUER, 2007, p. 187).

Os três autores trouxeram significativas contribuições sobre o uso da memória para a história, mais do que isso, contribuíram para alargar o debate a respeito das linhas tênues que separam história e memória. Como em nossa pesquisa é fundamental o conceito de memória, pois trabalhamos com a memória viva de um indivíduo, são importantes essas reflexões, de modo que possamos compreender como a memória foi utilizada em nosso texto. Os três autores trazem contribuições para pensarmos na abordagem da memória, mas aquelas trazidas por Paul Ricouer parecem contribuir para entendermos melhor as separações entre história e memória, e sobretudo, para compreender os lapsos de esquecimentos presentes nos relatos. Nesta pesquisa, trabalhamos com testemunhos do tempo presente que fazem referência ao passado, portanto, estão contidos os esquecimentos, silêncios e lembranças de um período anterior ao presente. Cabe a nós compreender também esses lapsos como parte da memória de quem narra suas experiências narrativas.

## **2. METODOLOGIA**

Este artigo inscreve-se no rol dos trabalhos sobre gênero. Embora o gênero seja uma categoria de análise e não um método de análise, utilizaremos

este conceito para compreender a narrativa da guerrilheira escolhida. Utilizaremos a definição de gênero balizada por Joan Scott em seu artigo Gênero: uma categoria útil de análise histórica – Gênero e as políticas da história. Segundo a autora, o gênero é constitutivo das relações sociais e baseado nas diferenças entre os sexos e uma forma de significar as relações de poder, implicando símbolos que evocam representações diversas. Para o historiador, a questão principal parece ser entender como tais representações são feitas e em quais contextos. Assim, pode ser utilizado como um conceito que possibilita entender as relações entre “diversas formas de interações humanas”. Neste ínterim, é fundamental a constatação de que o gênero está contido na política e por ela é construído e a constrói (SCOTT, 1989). Segundo Scott, são indagações fundamentais no trabalho com o conceito considerar por que e quando as mulheres foram inviabilizadas como sujeitos históricos, mesmo que elas tenham participado dos acontecimentos históricos (SCOTT, 1989, p. 28).

Para o apoio das entrevistas aqui analisadas usaremos o método da História Oral e as referências que constam no livro *Manual de História Oral*, de Verena Alberti. Para Alberti, é importante a boa condução da entrevista no momento em que é realizada, sendo que a produção do documento já demanda um trabalho de crítica interna e externa do mesmo. A entrevista permite que se recupere aquilo que não é possível encontrar em outros documentos, como experiências pessoais e percepções particulares. Segundo a autora, um dos objetivos da História Oral é recuperar o vivido do ponto de vista de quem o viveu. O caráter oral do depoimento permite inúmeras interpretações, principalmente considerando-se as hesitações, ênfases e correções, o que permite uma análise discursiva posterior e completa. Mesmo que se realizem inúmeras entrevistas, que contenham uma visão particular, é possível chegar a um “conhecimento acurado” sobre nosso objeto de estudo (ALBERTI, 2004). Neste caso, é impossível prescindir de outros documentos, servindo estes de apoio à pesquisa. Em nosso projeto, a seleção das entrevistadas se justifica na medida em que escolhemos uma das mulheres sobreviventes da Guerrilha do Araguaia, pois o que nos interessa é entender a participação feminina no evento. A escolha do tipo de entrevista a ser realizada versará sobre as entrevistas temáticas. Nessa abordagem, o foco é voltado sobretudo para a participação do depoente no

evento histórico a ser analisado. Dessa forma, o tema é retirado da trajetória de vida do entrevistado e torna-se o foco da entrevista.

Neste artigo, pretendemos analisar sob a abordagem da micro-história, a trajetória de vida de Crimeia de Almeida. Tal opção, porém, prevê a compreensão do passado sem tomá-lo como unidade dada e coerente, mas conforme argumenta Avelar (2018), um campo de conflitos e de construção de projetos de vida. Nesse sentido, algumas questões se colocam, como por exemplo, como abordar a história de vida de uma pessoa? Segundo François Dosse (2009), a narratividade dá uma resposta que permite dar sentido a essas interrogações. A possibilidade de narrar uma vida nos coloca inúmeros desafios. Os marcos de uma vida não podem ser colocados em uma narração linear e fixa, pois a vida do biografado não possui regularidades, permanências e repetições (AVELAR, 2018, p. 134). Assim, é preciso fugir da interpretação de que os indivíduos seriam entidades fechadas, com destinos fixos, mas sim produtores de diversas identidades e subjetividades que não podem ser previamente demarcadas pelo historiador. Segundo Dosse, o estudo biográfico poderia alargar nossa compreensão do passado, tomando-o como um “campo de conflitos e de construção de projetos de vida”.

Outrossim, as reflexões trazidas por Sabina Loriga em “Sobre os ombros dos gigantes”, no livro *O pequeno x*, parecem ser instigantes em termos metodológicos. A vida de um indivíduo poderia fornecer informações sobre o passado? Os testemunhos pessoais permitiriam formulação de hipóteses sobre a sociedade? Quais fatores seriam considerados relevantes na trajetória de vida de alguém? Neste contexto de questões, se desenvolveu a micro-história, abordagem metodológica que permitiu ao historiador se debruçar “sobre as capacidades de iniciativa pessoal dos atores históricos” (LORIGA, 2011, p. 222).

Ao analisar os sistemas normativos, a micro-história procura demonstrar que o contexto histórico corresponde a um tecido conjuntivo atravessado por inúmeras variáveis, e que todo indivíduo se situa no cruzamento de experiências sociais e individuais. Neste caso, a biografia faz parte da história e oferece um ponto de vista sobre ela. Trata-se, portanto, de apreender a tensão entre indivíduo e sociedade, podendo o indivíduo ser visto como um caso particular e também parte de uma totalidade. Neste ínterim, a contextualização se delineia

como parte imprescindível para o trabalho do historiador-biógrafo e fundamental para que se conecte o particular e o geral.

Por fim, a contribuição de Sabina Loriga para nossa pesquisa se concentra em incorporar a literatura ao discurso histórico, de modo que este possa se tornar mais denso e variado. É possível meditar sobre as estratégias narrativas para dar relevo às incertezas, descontinuidades e conflitos do passado, sem esquecermos as fontes, encaradas como provas deste passado que pretendemos reconstruir.

Para este trabalho, concentro-me como fonte oral em entrevista realizada com a depoente por mim em 26.06.23. A entrevista foi gravada e encontra-se como parte constitutiva de acervo pessoal, não tendo ainda sido publicada. A entrevista foi realizada no contexto de uma pesquisa maior de doutoramento na área de História, que pretende compreender a importância da participação feminina na Guerrilha do Araguaia e atualmente realizada no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

Os conceitos elencados, como o de gênero serão utilizados para as análises pertinentes em nossa pesquisa, já que temos como objetivo perceber como a construção social do gênero foi percebida dentro dos próprios grupos militantes e como essas diferenças entre os sexos impactaram na prática das guerrilheiras e no seu cotidiano na guerrilha. Do mesmo modo, como abordagem metodológica, usaremos o método da história oral para a análise da entrevista realizada. Os procedimentos apontados por Verena Alberti (2009) foram utilizados para a realização da entrevista aqui analisada. Os conceitos de micro-história e trajetória foram utilizados para compreender a trajetória da guerrilheira considerada neste artigo.

### **3. A BIBLIOGRAFIA SOBRE MULHERES: UM LEVANTAMENTO**

Se os estudos dedicados à história da Guerrilha do Araguaia, apresentam um enfoque mais voltado para a história da guerrilha em si, quando se trata da bibliografia sobre a luta armada, é possível encontrar uma preocupação maior

em relação às mulheres envolvidas na resistência à ditadura.<sup>4</sup> Um dos principais a respeito é *A Resistência da Mulher à Ditadura no Brasil*, de Ana Maria Colling (1997). A autora defende que as mulheres militantes “se identificaram com o discurso masculino para se constituírem como sujeitos políticos, já que na luta política sua condição de gênero está subsumida no discurso de unificação dos sujeitos” (COLLING, 1997 *apud* INSUELA, 2005). Os atributos identificados como masculinos eram a rigidez, dureza e seriedade, que deveriam ser assumidos por elas.<sup>5</sup> Desta forma, as mulheres “assumiram a dominação masculina ao esconder sua sexualidade numa categoria sem sexo”. (COLLING, 1997, p. 69). Para a autora, as mulheres assumiram a condição de militantes, prescindindo de sua condição de mulher. Ao mesmo tempo, as relações entre homens e mulheres diluíram-se na luta política, sem pensar nas questões de gênero.<sup>6</sup>

Outro trabalho importante sobre as mulheres na luta armada é *Mulheres, Militância e Memória*, de Elizabeth F. Xavier Ferreira (1996). A autora procura reconstruir a trajetória de 13 militantes em sua experiência de luta durante o Regime Militar. As mulheres consideravam que as organizações de esquerda eram regidas por princípios paramilitares, fator reforçado quando os comandos eram direcionados às mulheres. Poucas de fato foram as que assumiram posições de comando dentro das organizações e todas comentaram que havia grande diferença em relação à integração de homens e mulheres dentro dos partidos. Embora as regras afetassem todos, eram em especial as mulheres que precisavam superar os limites impostos por sua condição de gênero. Assim, para se afirmarem dentro dos movimentos, tinham não só de provar sua competência

---

<sup>4</sup> Consultar: WOLFF (2007, 2009) e Bastos (2007), CARVALHO (1998), CAVALCANTI JR, (2016), COLLING (2017), CONRADI, (2015), RIBEIRO (2018). INSUELA, (2011)

<sup>5</sup> O aspecto identificado aqui como “masculino” diz respeito à construção social a respeito das posturas dos homens em nossa sociedade, entre elas, a ocupação do espaço público, como historicamente um lugar para homens.

<sup>6</sup> Colling (1997) afirma que apenas no final dos anos 1970 a questão da mulher passaria a ser debatida no Brasil. Além disso, em entrevista concedida à Izabella Cardoso da Silva Campagnol por Maria Amélia de Almeida Teles em 17/05/2022, os militantes do PCdoB, à época, diziam que a abordagem de questões relacionadas ao feminino quando levantada pelas mulheres era apontada pelos mesmos como uma preocupação secundária, própria de pessoas “alienadas”, nas palavras de Maria Amélia de Almeida Teles. In: COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.



enquanto militantes, mas ultrapassar os limites impostos dentro da estrutura de gênero, que historicamente aparta as mulheres da plena participação na esfera pública.

Segundo Elizabeth Ferreira (1996), todas as entrevistadas concordaram que aquelas que assumiram postos de comando precisaram assumir características “masculinizadas”. Isso quer dizer que eram dotadas de um perfil comumente associado aos homens à época.<sup>7</sup> Entretanto, apesar do controle que as organizações exerciam sobre elas, ocorreram muitas transgressões às normas impostas. Algumas desobedeceram às ordens para fazerem aborto, para não se relacionarem amorosamente com outros companheiros, de não terem filhos enquanto militassem nos partidos. Crimeia Schmidt de Almeida relata que seis meses após chegar ao Araguaia passou a manter um relacionamento com André Grabois, mantido em sigilo, pois ia contra orientações do partido. Ela conta que foi Elza Monnerat quem foi contra ao afirmar que “perderiam uma companheira, pois viver junto com alguém era deixar de ser militante” (FERREIRA, 1996, p. 139). A isso, Crimeia reagiu fortemente, e ao engravidar, recusou o aborto, porque segundo ela “já havia se despojado de tudo”.

Sobre a bibliografia que trata das mulheres do Araguaia, podemos destacar alguns trabalhos mais recentes. Entre eles, o de Janaina de Almeida Teles (2014), Ana Maria Colling e Ary Cavalcanti (2019), e Ary Cavalcanti Junior (2016, 2021). Essas obras destacam que são diversas as lendas construídas sobre as combatentes no Araguaia.<sup>8</sup> Entre elas, muitas contam a respeito de uma guerrilheira em específico, Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, conhecida como Dina, que chegou ao posto de vice-comandante do Destacamento C. (TELES, 2014, p. 480)

---

<sup>7</sup> Sobre este aspecto, Colling, (1997): “A mulher militante negava-se enquanto mulher como forma de ocupar espaços nas organizações de esquerda que se caracterizavam pelo domínio masculino. Esta condição evidencia-se com bastante clareza (...). As mulheres entrevistadas, na sua vontade de serem vistas somente como militantes, em detrimento de sua condição feminina, descuidavam de sua aparência pessoal. (...) A partir da militância política, passavam a ter outros valores, e o cuidado com a aparência pessoal não merecia lugar nesta nova visão de mundo. (...) [uma das entrevistadas pela autora] relata que foi se desligando desses valores não por protesto, mas pela falta de tempo e porque passava a ver a aparência como algo menor, sem importância. (COLLING, 1997, p.69).

<sup>8</sup> Segundo Janaina Teles (2014), as lendas em torno de Dina encontravam respaldo na cultura mística camponesa, com inúmeras lendas regionais.

Sobre o papel ativo que as guerrilheiras desempenharam, a biografia *Guerrilheiras do Araguaia: o caminho de quatro jovens militantes*, de Veronica Savignano, Ianno Maia e Renata Dantas trata da importância de Luiza Augusta Garlippe, Telma Regina Cordeiro Correa, Walquíria Afonso Costa e Suely Kamayana para o processo. As autoras enaltecem o papel fundamental que cada uma delas teve para a consolidação da guerrilha no campo e a efetividade da luta política. (DANTAS, MAIA e SAVIGNANO, 2005)

Além desse aspecto ativo no combate às doenças, as guerrilheiras de modo geral, foram essenciais para a aproximação com as mulheres da região. Eram as responsáveis por iniciar primeiro o contato com as camponesas, cuja aproximação com os homens não era aceita, à época. Apenas por intermédio das mulheres é que os guerrilheiros poderiam acessar as demais camponesas. Na divisão das tarefas cotidianas, elas plantavam, colhiam e caçavam como todos, não tendo nenhuma diferenciação quanto à disciplina militar. Para os autores, as guerrilheiras se empenhavam como os companheiros do sexo oposto, uma vez que a rotina da vida camponesa era maçante e repetitiva, demandando determinação no trabalho diário de conquista da mata e mapeamento do terreno. As mulheres se mostravam mais “esforçadas” na adaptação e resiliência para lidar com o isolamento imposto a todos eles. (DANTAS, MAIA e SAVIGNANO, 2005, p. 194)

O livro *Guerrilheiras do Araguaia: caminho de quatro jovens militantes* é um livro-biografia da área do Jornalismo, lançado em 2005. As entrevistas realizadas para a produção do livro nos mostram o papel que cada uma das guerrilheiras teve ao atuar no Araguaia – assunto sobre o qual na historiografia pairam vários silêncios, dada a falta de documentos sobre o tema, ao fato de que durante muitos anos os sobreviventes não puderam falar sobre o Araguaia, e a ausência da produção de textos por parte dos próprios envolvidos no conflito. Os depoentes são, sobretudo, ex-militantes e familiares dos desaparecidos políticos. Obviamente, o livro biográfico também deve ser problematizado enquanto fonte histórica; porém, as diversas fontes a que tivemos acesso: artigos de jornais, entrevistas com Crimeia Alice Schmidt de Almeida e depoimentos de camponeses, nos permitem afirmar o papel ativo que as militantes tiveram na

Guerrilha do Araguaia, concordando com a visão expressa no presente livro-reportagem.

#### **4. UMA VIDA DE LUTAS: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE CRIMEIA**

A militância de Crimeia de Almeida inicia-se aos 12 anos, ainda na escola básica, no então Ginásio. Ela e os colegas revoltaram-se contra o programa norte-americano que pretendia reformar o ensino público brasileiro. Tratava-se do projeto que ficou conhecido como PABAE (Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino). Em razão de serem contra a implantação do projeto na unidade de ensino, e como o programa era americano, Crimeia relata que seu grupo ficara conhecido como “anti-imperialista” e “comunista”, pois ser anti-imperialista implicaria necessariamente um alinhamento com o outro polo político, à época.

Depois de participar da militância estudantil, com 15 anos, entrou para o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Em razão da proximidade com os ensinamentos do pai, tomou conhecimento de dois jornais comunistas, o *Novos Rumos* e *Classe Operária*, pediu à direção para explicar a respeito de o porquê a *Classe Operária* fazer severas críticas ao PCB. A direção do partido julgou a atitude de grande petulância e acusando-a de ser policial foi convidada a se retirar da legenda.

Com o golpe de 1964, o pai da militante fora preso e ficou desaparecido por 3 meses. Com isso, todos da família: pais, Amelinha e ela própria foram implicados em inquéritos policiais. Crimeia havia sido indiciada por tentativa de envenenamento da caixa d’água municipal de Belo Horizonte; sendo esta uma das primeiras acusações que pairam sobre sua trajetória política, na época então com 15 anos.

Devido à destacada perseguição na cidade, a família toda se mudaria para o Rio de Janeiro. Sem arrumar emprego, decidiu, orientada pelo PCdoB, ao qual havia se filiado, a prestar vestibular para o curso de Enfermagem, que seria útil caso fosse para a guerrilha: para ir ao campo era preciso saber aplicar injeção, fazer curativo e cuidar dos doentes. Foi então aprovada no vestibular e ganhou bolsa de estudos da Fundação Nacional da Saúde, entrando para a Escola Ana Nery, da UFRJ. Tendo garantido a sobrevivência, Crimeia pressionava o partido

para que pudesse ir para a guerrilha no campo. Segundo o que nos conta:

Fiquei na escola e o partido não me mandava para o campo; eu falei assim: ‘já sei dar injeção, já sei fazer curativo, já sei um monte de coisa, mas a esquerda é muito preconceituosa e como vai mandar uma mocinha para o campo, né?’. Mas isso eles não falavam comigo, isso eu percebi depois. (entrevista dada à autora, jun 2023)

De família comunista e bastante crítica aos costumes, na década de 1960, os movimentos feministas ainda não haviam incorporado as discussões de gênero. Crimeia, no entanto, demonstra nos ambientes nos quais estivera, as disparidades de desigualdade entre os sexos. Sobre a faculdade Ana Nery, ela diz:

Era um horror assim: eles fiscalizam o comprimento da sua saia, tinha horário para entrar, tinha horário para comer, sabe? Você tinha que...a coisa que mais me chocou: se você estivesse subindo da escada e viesse um superior descendo, você tinha que voltar para que ele passasse e depois você descia. Achei que era tão terrível que institui o “bater continência”, porque pensei assim: “isso aqui que é quartel!”. Então eu não era uma aluna, vamos dizer, exemplar, mas tinha uma certa liderança na escola. Por isso fui eleita, e na hora de ser delegada, falei assim: “Bem, nós precisamos discutir isso!”. Mas como vai discutir numa escola tão regressiva? Então eu inventei um curso de oratória e no curso vinha um estudante de outra faculdade – era um estudante da faculdade de Direito – e ele vinha dar aula de oratória para nós. E os temas eram os temas do momento. Assim sempre tinha uma pessoa para fazer a defesa e outra para acusar. (entrevista à autora, jun. 2023)

É possível perceber o protagonismo da militante antes mesmo de ir à guerrilha: na faculdade, em razão do autoritarismo presente na instituição, institui o “bater continência” como forma de ridicularizar as ações instituídas. Conforme destaca Joan Scott (1989), historicamente os atributos construídos como femininos, tais como a arte do cuidado, a doçura, e a feminilidade foram aspectos inferiorizados nas sociedades ocidentais. Já as características tidas como masculinas, como a seriedade, a virilidade e a força física foram exaltadas. Nesse sentido, ao apresentar características de liderança, a militante parece fugir dos estereótipos atribuídos às mulheres nos anos 1960, segundo os quais o objetivo da vida feminina seria o casamento e a criação dos filhos.

Uma obra importante que discute as questões de gênero a respeito da mulher militante é *A resistência da mulher à ditadura no Brasil*, de Ana Maria

Colling (1998). A autora defende que as mulheres militantes “se identificaram com o discurso masculino para se constituírem como sujeitos políticos, já que na luta política sua condição de gênero está subsumida no discurso de unificação dos sujeitos” (COLLING apud INSUELA, 2005). Podemos dizer que as mulheres que entraram para a luta armada tiveram de esconder seu gênero. Os atributos identificados como masculinos eram a rigidez, dureza e seriedade, os quais deveriam ser assumidos por elas. As mulheres assumiram, consciente ou inconscientemente características do outro gênero, no caso o masculino, justamente para sobreviver, serem ouvidas, validadas. Para a autora, as mulheres assumiram a condição de militantes, prescindindo de sua condição de mulher. Ao mesmo tempo, as relações entre homens e mulheres diluíram-se na luta política, sem pensar nas questões de gênero.

Ainda na universidade, Crimeia de Almeida resolve participar assim como seus colegas, do Congresso da UNE, ocorrido em outubro de 1968, em Ibiúna. O evento é descoberto e os estudantes presos. Em razão do acirramento da perseguição, exige que o PCdoB a envie para o campo:

“olha, vou-me embora daqui se vocês não me mandarem para o campo! Vou mudar de cidade ou vou sair daqui: não vou ficar aqui!”. E logo em seguida veio o AI-5, né? Eu falei assim: “não dá pra ficar mais aqui”. Aí eles me mandaram no começo de janeiro. No caminho, o dirigente, que era o João Amazonas, me disse: “não têm mulheres lá, vai depender do seu desempenho se a gente manda mulheres ou não”. Aí eu fiquei muito brava! Eu falei: “você falou isso para os homens?”. “Agora, com as mulheres, com a idiota aqui você fala, né?” (entrevista dada à autora. 23.06.24).

Crimeia comenta que as disparidades de gênero expressas pelo partido ao exigir das militantes mais força para realizar as tarefas na guerrilha. Ela destaca que as mesmas exigências e pressões não eram vivenciadas pelos homens. Da mulher guerrilheira exigia-se um comprometimento duplo: dependeria de seu desempenho a ida de outras mulheres para o Araguaia, visto que Crimeia era a primeira mulher na guerrilha rural.

Como mencionado acima, para Ana Maria Colling, a mulher guerrilheira enfrentou um preconceito duplo: lutar contra a sociedade patriarcal, contra a ocupação do espaço público pela mulher, e o preconceito reinante também dentro dos grupos revolucionários, nos quais encontramos diversas ressalvas a

respeito da integração da mulher na luta armada.

Que preconceitos eram esses? Indagada sobre os problemas vivenciados ao longo de sua trajetória de militante e os embates com seus partidos políticos e organizações de esquerda, Maria Amélia de Almeida Teles argumenta que o PCdoB manteve uma postura sectária em relação às pautas levantadas pelas mulheres e posteriormente por elas elaboradas através dos movimentos feministas. Todas as pautas levantadas por elas eram contrapostas com pautas sociais, como aumento de salário e constituinte. Além disso, devido à dupla militância a partir dos anos 1975-1987, Maria Amélia revela que foi expulsa do partido, alegando perseguição política (RAGO, 2008).

Durante a luta armada, as mulheres alegaram os diversos estigmas encontrados no seio de suas organizações políticas. Marta Diana em seu livro *Mujeres Guerrilleras: sus testimonios em la militancia de los setenta*, conta-nos a respeito. O livro é uma reunião de depoimentos de militantes mulheres de diversas organizações argentinas. Uma das depoentes, com nome fictício, Alejandra, alega as discriminações que sofreu ao não ser promovida a um cargo mais alto, ao qual fora o marido, apesar de realizarem as mesmas tarefas. Ao indagar aos dirigentes sobre o porquê, recebeu como resposta: “por ser hombre era mucho más libre que yo, podía por ejemplo, dormir fuera de sua casa, y se podía contar con el a cualquier hora del día e de la noche. (...) Poco despues me explicaron que devia aceptar sin discutir las decisiones (DIANA, p. 29, 1996). Tal fala mostra como eram entranhadas dentro da militância política dos anos 1960 e 1970 as diferenças entre os sexos. Qualquer tentativa de modificar a lógica dos acontecimentos e dos costumes podia ser malvista pelos militantes. Ainda para Alejandra: “(...) esta norma de ‘tabicamento’ me ha formado de tal manera que, aún hoy, nunca pregunto” (DIANA, p. 29, 1996).

Voltando à trajetória de Crimeia, ela nos conta de seus enfrentamentos e dificuldades na guerrilha rural. No Araguaia, permaneceu de janeiro de 1969 a abril de 1972, tendo permanecido apenas durante o início dos combates com os militares de abril de 1972 a setembro de 1974. Já na região, um dos problemas que enfrentou foi sobre o uso de calça jeans e o fato de o partido ser contra, pois as mulheres camponesas usavam saias para realizar o corte de lenha e coco na floresta. Para a militante tal fato era duplamente complicado, porque as mulheres

sempre poderiam ser acometidas por doenças a partir da picada de mosquitos transmissores de males tropicais, bem como incorriam no terrível risco de estupro floresta adentro. Ela afrontara então os ditames dos companheiros e demais dirigentes pra que pudesse se proteger através do uso de calças. Outro enfrentamento que demonstra a adaptação e importância que as guerrilheiras exerceram no Araguaia, em especial Crimeia de Almeida, foi o auxílio prestado à população local.

A militante era ainda estudante de Enfermagem e prestou exímio trabalho às populações ribeirinhas. Ao chegar à região ficou conhecida como “bula”, nome dado aos profissionais que tinham algum conhecimento médico. Segundo ela:

Quem sabia receitar remédio era bula e eu tinha uns livros, sabe? Livro de doença infecciosa, livro de obstetrícia: eu tinha uns livrinhos, que levei e eles me achavam assim uma bula excepcional, porque tinha até livro de bula! (entrevista à autora, jun. 2023)

Ademais, a guerrilheira nos conta um episódio no mínimo, interessante. Logo nos primeiros dias que chegara ao Araguaia, havia sido convidada para ir a uma sentinela. No que consistia uma sentinela? Crimeia pensava que fosse um velório e aprontara café e açúcar para levar ao evento. Chegando no local, espantara-se ao perceber que a suposta defunta estava viva. Na verdade, a paciente estava acometida de malária, popularmente conhecida como febre-terça ou terça maligna. Devido à falta de condições e equipamentos de saúde adequados qualquer doença era motivo de morte. No entanto, a guerrilheira estudante de Enfermagem, consegue realizar um procedimento que salva a vida da camponesa (entrevista dada à autora 23.06.23).

De fato, é possível perceber, inclusive, em outros relatos de moradores da região o protagonismo feminino e o auxílio que as guerrilheiras prestavam a todos: eram bulas, parteiras, professoras. O evento relatado vem acrescentar mais informações a respeito de uma situação específica e contribuir com relevações valiosas a respeito do cotidiano da guerrilha e nos traz as dimensões das desigualdades enfrentadas pelos camponeses locais, carentes de assistência médica, jurídica e educacional.

No Araguaia até abril de 1972, em virtude de ter engravidado e o partido considerar perigoso continuar na região, Crimeia parte para São Paulo. Para sair

do Pará, foi necessário driblar a repressão policial, indo para cidades menores até chegar ao destino. Foi a Goiás para retirar dinheiro e remédios para distribuir aos companheiros, na casa da esposa de Angelo Arroyo, dirigente do PCdoB.

Mesmo após a prisão em setembro de 1972, onde teve seu filho e foi posteriormente solta, graças à pressão feita pela Anistia Internacional, a militante seguiu para a casa de uma tia em Belo Horizonte, permanecendo alguns meses. Depois de alguns meses, tornou a São Paulo para ficar com a irmã, e onde em 1981 fundou juntamente a ela a União de Mulheres de São Paulo. Indagada sobre o fato, ela nos conta:

Me formei na Paraíba, depois de 13 anos. Foi um curso muito bem feito: muita aula prática (risos). Depois eu vim para São Paulo, trabalhei como enfermeira e aí participava dos movimentos. Tinha o movimento contra a carestia, tinham vários movimentos, né? E eu participava na medida do possível porque tinha que trabalhar: trabalhava 8 horas por dia e ainda tinha filho. Tinha que combinar essas coisas e aí em 1975, o movimento de mulheres começa a se manifestar e com a Anistia vêm as perseguidas do exterior, então o movimento tem em 1975 o primeiro encontro. Tudo assim muito fechadinho. Depois em 1979, depois da Anistia, tem um encontro feminista das mulheres paulistas. Eu sei que vão 4 mil mulheres -- acho que nunca mais repetiu isso. O partido era contra a organização das mulheres porque dizia que dividia a classe operária, e como só se organizava para o 8 de março, um grupo de mulheres resolveu criar uma entidade que organizasse a militância o ano inteiro, então em 1981, a gente fez a União de Mulheres: eu, Amelinha, a Terezinha e a Lourdinha. Então a gente saiu o partido porque não fazia mais sentido, vivendo tanta discriminação dentro do próprio partido. Mas todo esse tempo a gente buscou esclarecer as mortes dos desaparecidos políticos e entrar em contato com as famílias. Assim foi criada a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos nacionalmente, sem ser uma organização formal; só depois que passou a ser. (entrevista dada à autora. 23.06.23)

Ao lado das reivindicações dos desaparecidos políticos é formada a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos em 1992, quando foi aberta a vala de perus. Mesmo já havendo mobilização desde 1974, com a abertura da vala muitos documentos foram encontrados e um arquivo começou a ser construído. Crimeia relata também a existência de um arquivo pessoal que ela coloca à disposição de pesquisadores sobre o tema e é uma reunião de mais de 400 pastas de documentos sobre a Guerrilha do Araguaia. Isto porque segundo relata “durante muito tempo, ninguém acreditava que existia a guerrilha, que



tinham mortos e desaparecidos políticos, então eu pegava tudo quanto era artigo de jornal e guardava. (entrevista dada à autora. 23.06.24)

O ato de guardar e arquivar a própria vida é um mecanismo fundamental para a salvaguarda da própria identidade (ARTIÈRES, p. 9, 1998). Segundo Phillippe Artières, a indagação e conservação de nossas atividades cotidianas é feita de modo a dar sentido e entender um pouco melhor quem somos” (ARTIERES, p. 9, 1998). O indivíduo perigoso é aquele que escapa ao controle gráfico, e o próprio arquivamento permitirá a salvaguarda da identidade, pois “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor a imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIERES, p.10, 1998).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, é possível perceber as questões que permearam a militância feminina nos anos 1960 e 1970, bem como as principais divergências percebidas entre as mulheres militantes e suas respectivas organizações políticas. Sobretudo, nos concentramos na trajetória política de Crimeia Alice Schmidt de Almeida, vista aqui como um estudo específico, que devido à sua relevância para a militância antes e depois da Guerrilha do Araguaia, nos permite compreender elementos importantes a respeito da subjetividade guerrilheira e dos embates que sofreu com seu partido e dirigentes ao longo dos anos.

De fato, essas mulheres enfrentaram diversas oposições para uma efetiva participação política, num momento em que os movimentos feministas ainda não conseguiram pautar as organizações de esquerda dos anos 1960. Sabe-se que apenas posteriormente as mulheres dissidentes da luta armada encamparam as lutas feministas, que se intensificaram após a formação de grupos de mulheres dissidentes da luta armada (TELES; SANTA CRUZ, 2013).

A escolha do estudo da trajetória da presente guerrilheira se justifica na medida em que ela desempenhou diversos afrontamentos mesmo antes de entrar para o movimento guerrilheiro e continuou sua militância no movimento feminista através da fundação da União de Mulheres de São Paulo, em 1981. Assim, seu percurso parece ser de interesse substancial, pois rompeu com seu

partido político em razão da dupla militância política. Do mesmo modo, tais caminhos permitem que compreendamos questões caras sobre o que significava para essas mulheres serem militantes de esquerda e militantes da causa feminista, posteriormente, nos anos 1980. Através dos relatos trazidos por Crimeia é também possível dimensionar os enfrentamentos vivenciados em razão de seu gênero e das dificuldades enfrentadas dentro das próprias organizações para a aceitação de mulheres em suas fileiras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Crimeia Schmidt de. Entrevista I [mai. 2022]. Entrevistadora: Izabella Cardoso da Silva Campagnol. São Paulo, 2022. (90 minutos).

ALMEIDA, Crimeia Schmidt de. Entrevista II [jun. 2023]. Entrevistadora: Izabella Cardoso da Silva Campagnol. São Paulo, 2023. (90 minutos)

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3a ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BASTOS, Natalia. **Elas por elas**: trajetória de uma geração de mulheres de esquerda no Brasil – anos 1960-1980. 2007. 138 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CAMPAGNOL, Izabella Cardoso da Silva. Entrevista de Crimeia Alice Schmidt de Almeida, 23/06/2023.

CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque. **“Para não dizer que não falei das flores”**: Memórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985). 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary. **As Dinãs do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar**. 2020. 216 f. Tese (Doutorado em História) - Campus Dourados. Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

DIANA, Marta. **Mujeres Guerrilleras**: la militância de los setenta em el testimonio de sus protagonistas femininas. 2. ed. Buenos Aires: Planeta (Espejo de la Argentina), 1997.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo:

EDUSP, 2009.

FERREIRA, Xavier Elizabeth. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias** (Brasil: 1968/1971). 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Campus Valonguinho, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

LEVI, Primo. **Se questo è un uomo**, Udine: FVG, 2005.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história**. São Paulo: Autêntica Editora, 2011.

MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

NORA, P., & Aun Khoury, T. Y. (2012). ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso, ou por uma cultura filógina. **Revista do SEADE**, São Paulo, 2002.

RAGO, Margareth. Reinvenções de si nos feminismos da diferença". **Labrys**, estudos feministas, n.14, jul./dez. 2008.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres ditaduras e memórias** - "Não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOUSA, Deusa Maria de. **Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia**. 01/12/2011 235 f. Doutorado em História. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária UFSC.

TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972- 1974). **Revista História – Unisinos**, v. 18, n. 3, p. 464-480, set./dez. 2014.

TELES, Janaína de Almeida. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. (1968-1985). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007.

TELES, Janaína de Almeida. Eu só queria embalar meu filho: gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. **Aedos**. N. 13, vol. 5, ago/dez 2013, pp. 117-131.

WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, p. 124-130, 2009.

**Recebido em 25-02-2024**

**Aprovado para publicação em 15-03-2025**